

RELAÇÃO ENTRE O DECÁLOGO DE MOISÉS E AS LEIS MORAIS ESPÍRITAS

*Martim Afonso de Souza**

No 1º capítulo da 3ª parte de *O Livro dos Espíritos*, Kardec estabelece as bases do estudo da lei divina. Enfoca os principais aspectos da lei divina ou natural, destacando seu caráter de imutável e justa, como reflexo dos caracteres divinos, e cuja revelação acompanha o estágio de evolução intelectual e moral da humanidade.

No término do capítulo, o Codificador faz, na Questão 648, uma proposta de divisão da lei natural:

Que pensais da divisão da lei natural em dez partes, compreendendo as leis de adoração, trabalho, reprodução, conservação, destruição, sociedade, progresso, igualdade, liberdade e, por fim, a de justiça, amor e caridade? (KARDEC, 2001)

A resposta dada pelos Espíritos é a seguinte:

Essa divisão da lei de Deus em dez partes é a de Moisés e de natureza a abranger todas as circunstâncias da vida, o que é essencial. Podes, pois, adotá-la, sem que, por isso, tenha qualquer coisa de absoluta, como não o tem nenhum dos outros sistemas de classificação, que todos dependem do prisma pelo qual se considere o que quer que seja. A última lei é a mais importante, por ser a que faculta ao homem adiantar-se mais na vida espiritual, visto que resume todas as outras. (KARDEC, 2001) [Grifos nossos]

Kardec considera como ‘lei de Moisés’ o Decálogo, o código divino recebido pelo profeta hebreu após a fuga do Egito. Muito embora a tradição judaica considere todo o Pentateuco como sendo a lei dada a Moisés por Deus, Kardec afirma serem os chamados Dez Mandamentos “(...) de todos os tempos e de todos os países e tem, por isso mesmo, caráter divino” (KARDEC, 2010), considerando o restante da legislação moisaica como sendo válida dentro apenas naquele contexto histórico.

O Espiritismo considera a contribuição de Moisés à humanidade como a primeira revelação da lei divina, sendo o advento de Jesus a segunda e a Doutrina Espírita, a terceira. Há um encadeamento sucessivo dessa revelação, entendendo Emmanuel que Moisés revelou a Justiça; Jesus, o Amor; o Espiritismo, a Verdade (XAVIER, 1999).

Há, assim, a possibilidade, admitida pela resposta dos Espíritos à questão 648, de uma correlação entre as leis morais estudadas pelo Espiritismo e o *Decálogo*, ambos divididas em dez partes. O presente trabalho apresenta uma possibilidade de realizar essa associação, levando em conta a própria relatividade da classificação proposta por Kardec, como bem explicitado na mencionada resposta.

1 O Judaísmo e o Decálogo

Narra a Bíblia que, após a fuga do Egito, o povo judeu peregrinou pelo deserto sob a liderança de Moisés. Cerca de 50 dias após a saída da terra egípcia, o líder judeu sobe o Monte Horebe, localizado na península do Sinai, e de lá retorna

* Trabalhador da Fundação Allan Kardec

com as Tábuas da Lei, nas quais foram inscritas, sob a inspiração direta da Divindade, o Decálogo.

O Decálogo representa a aliança entre Deus e o povo judeu. Observando os preceitos contidos nas Tábuas, o povo honra a Divindade e se torna merecedor de seu apoio e proteção.

Há duas versões do Decálogo na Bíblia, uma no capítulo 20 do Livro de Êxodo, e outra no capítulo 5 do Deuteronômio. A diferença mais substantiva entre os textos está no 4º preceito, e diz respeito à justificativa para o *Shabat*, o descanso semanal. Em Êxodo, fala-se que o descanso remete ao descanso divino após os seis dias da criação. Já no Deuteronômio o sétimo dia é dedicado ao Senhor, daí a regra de proibição para atividades diversas nesse dia.

Para os estudiosos do Judaísmo, o Decálogo assume o papel de espinha dorsal da Torá³⁹. São como princípios que se irradiam e inspiram os demais preceitos judeus. Em hebraico, são denominados *Asseret Hadibrot*, ou seja, As Dez Palavras, ou Dez Ditos. Esse, aliás, o sentido da expressão grega ‘decálogo’.

A tradição cristã incorporou o Decálogo em seu conjunto de fundamentos, mas com algumas distinções quanto à divisão dos preceitos. No Anexo deste trabalho pode ser consultada a diferença entre o decálogo judaico e o cristão⁴⁰.

Anualmente, os judeus realizam a festa de *Shavuot*, que celebra a Aliança entre Deus e o povo através do Decálogo, tradicionalmente realizada cinquenta dias após a Páscoa judaica. Essa festividade é conhecida em grego como Pentecostes.

2 Relação entre o Decálogo e as Leis Morais

Em um exercício de análise e comparação, buscou-se realizar uma associação entre os preceitos contidos no Decálogo (aqui chamados de ‘palavras’) e cada uma das leis morais. Optou-se pela versão do Decálogo contida no Deuteronômio, respeitando-se, por óbvio, a divisão dos preceitos consoante o entendimento judaico. Todos os textos bíblicos transcritos o foram da obra *Torá, a Lei de Moisés*, publicada pela Editora Sêfer e considerada a melhor versão em português para a Bíblia Hebraica, excetuando-se os do Evangelho.

2.1 Primeiro preceito

Eu sou o Senhor teu D-us, que te tirei da terra do Egito, da casa da servidão. Não terás outros deuses diante de mim. (Deuteronômio, 5:6-7)

A primeira palavra grafada por Moisés nas tábuas da lei traz uma referência explícita ao monoteísmo. Essa característica da revelação moisaica é uma das que maior relevo ganha sob a ótica espírita. Indiscutivelmente, representa uma mudança significativa ante o politeísmo adotado por outras culturas à época, como a egípcia, a hindu e a grega.

A unidade da divindade, somada à ideia de que o universo é governado pela justiça do Criador, representam a grande contribuição da revelação de Moisés à humanidade.

³⁹ Torá é o conjunto das leis de Moisés, não apenas as escritas no texto do Pentateuco (os livros bíblicos Gênesis, Êxodo, Levítico, Números e Deuteronômio), mas também as decorrentes da interpretação e do ensino dos Rabinos. Torá significa tanto ‘lei’ quanto ‘orientação’. O Talmude, obra construída coletivamente a partir da contribuição de mestres ao longo de séculos, traz uma relação de 613 preceitos a serem observados pelos judeus.

⁴⁰ KARDEC adota a divisão utilizada pelas igrejas cristãs, como se vê em *O Evangelho Segundo o Espiritismo*, capítulo 1, item 2.

Uma outra leitura, no entanto, comporta nuances diferentes do preceito. O Criador afirma Sua existência e Sua presença no universo habitado pelo homem, dando uma indicação precisa da origem deste. Além disso, faz menção a um período de grandes provações para o povo judeu - a época da escravidão no Egito, ressaltando, ainda, que a libertação desse jugo se deu por obra de Sua vontade, como demonstração da aliança entre Criador e criatura.

Esse preceito remete, assim, à **lei do progresso**. Criados simples e ignorantes, temos por destinação a perfeição relativa e a comunhão com o pai, após a trajetória milenar em sucessivas experiências. A escravidão pode ser encarada como as vicissitudes da existência, vencidas através do esforço da criatura, e a libertação remete à presença constante de Deus em nossos destinos.

2.2 Segundo preceito

Não farás para ti imagem esculpida, nem figura alguma do que há em cima no céu, nem embaixo na terra, nem nas águas debaixo da terra; não te encurvarás diante delas, nem as servirás; porque eu, o Senhor teu D-us, sou D-us zeloso, que visito a iniquidade dos pais nos filhos até a terceira e quarta geração daqueles que me odeiam, e uso de misericórdia com milhares dos que me amam e guardam os meus mandamentos. (Deuteronômio, 5:8-10)

O segundo preceito da lei moisaica é um dos que tratam do relacionamento do homem com seu Criador, apresentando requisitos para essa relação. Combate a idolatria, vedando a representação da Divindade sob qualquer forma conhecida pelo homem. Deus, assim, assume um contorno transcendente, mas ao mesmo tempo presente por intermédio do zelo por suas criaturas.

Claramente, a segunda palavra expressa a **lei de adoração**, ao tratar de aspectos externos da relação entre Deus e seus filhos. A revelação moisaica traz o gérmen dos ensinamentos espíritos, apresentando o laço inseparável entre o homem e Deus. Ao tratar da forma de adoração, destacando a importância do temor e do respeito à Divindade, prepara a humanidade para descobrir a essência dessa conexão, e do impulso íntimo de encontro com Deus que toda criatura experimenta.

2.3 Terceiro preceito

Não tomarás o nome do Senhor teu D-us em vão; porque o Senhor não terá por inocente aquele que tomar o seu nome em vão. (Deuteronômio, 5:11)

O terceiro dito moisaico traz um comando negativo quanto ao uso do nome de Deus, vedando sua utilização em vão. Esse preceito criou na tradição judaica a interdição completa à pronúncia do nome divino, e regras próprias até mesmo para seu registro gráfico, como as formas *D'us* e *D-us*⁴¹. Na Bíblia utiliza-se o tetragrama IHVH como referência a Deus. A junção dessas quatro letras acabou gerando as formas *Javé* e *Jeová*, mas que não são pronunciadas assim pelos judeus. Ao se deparar no texto sagrado com o tetragrama, o leitor judeu pronuncia Adonai, que significa 'meu Senhor'.

⁴¹ Nas transcrições dos preceitos moisaicos optou-se por esta última forma, em respeito às crenças judaicas.

Segundo a tradição, apenas o Sumo Sacerdote do Templo de Jerusalém pronunciava IHVH no dia do Grande Perdão, e essa forma de pronúncia perdeu-se após a destruição do segundo Templo no ano 70 D. C.

Esse preceito ressalta o temor e o respeito devidos à Divindade, complementando o contido no segundo dito. Mas há outras lições que podem ser deduzidas do texto.

A narrativa bíblica quanto à criação do universo mostra Deus criando através da palavra: “Disse Deus: haja luz. E houve luz. [...] E disse Deus: haja um firmamento no meio das águas, e haja separação entre águas e águas.” (Gênesis, 1:3-6). E o início do Evangelho de João traz as palavras inesquecíveis: “E no princípio era o Verbo [...]” (João, 1:1).

Mostram essas passagens o poder criador da palavra, a qual, em verdade, exterioriza o pensamento, a emoção e a vontade de quem a emite. O preceito moisaico, ao disciplinar a utilização da palavra, traz em verdade uma lição de proceder, de conduta. Alertou Jesus que “[...] o que sai da boca, procede do coração [...]” (Mateus, 15:18), concitando as criaturas, assim, ao progresso e à melhora íntima.

E qual a maneira mais acertada de se melhorar, de avançar, ao mesmo tempo louvando a Deus? É cumprir a **lei de justiça, amor e caridade**, transformando o amor ao próximo no caminho que nos conduz a Deus. Não é outro o conteúdo do ensino de Jesus, ligando indissociavelmente o amor ao próximo ao amor a Deus:

E Jesus disse-lhe: Amarás o Senhor teu Deus de todo o teu coração, e de toda a tua alma, e de todo o teu pensamento. Este é o primeiro e grande mandamento. E o segundo, semelhante a este, é: Amarás o teu próximo como a ti mesmo. (Mateus, 22:37-39)

2.4 Quarto preceito

Guarda o dia de sábado, para o santificar, como te ordenou o Senhor teu D-us. Seis dias trabalharás, e farás todo o teu trabalho. Mas o sétimo dia é o sábado do Senhor teu D-us; não farás nenhum trabalho nele, nem tu, nem teu filho, nem tua filha, nem o teu servo, nem a tua serva, nem o teu boi, nem o teu jumento, nem animal algum teu, nem o estrangeiro que está dentro de tuas portas; para que o teu servo e a tua serva descansem como tu; Porque te lembrarás que foste servo na terra do Egito, e que o Senhor teu D-us te tirou dali com mão forte e braço estendido; por isso o Senhor teu D-us te ordenou que guardasses o dia de sábado. (Deuteronômio, 5:12-15)

Após seis dias de trabalho, estabelece o quarto preceito que no sétimo dia não se trabalha, e que esse período deve ser consagrado a Deus. Nasceu, com esse dito, o *Shabat*, que significa ‘cessação do trabalho’, um dia destinado à santificação do Criador. Dessa expressão originou-se o termo português sábado.

Optou-se, no presente trabalho, pela versão do Decálogo contida no Deuteronômio, porque sua justificativa para o *Shabat* é a mais acolhida pela tradição judaica. De fato, a interdição a atividades a partir do crepúsculo das sextas feiras, até o por do sol nos sábados, tornou-se uma marca distintiva do povo hebreu. O Talmude elenca 39 atividades proibidas durante o *Shabat*, com a ressalva de que é lícito praticá-las em caso de vida ou morte.

Memorável, sobre esse assunto, o ensino de Jesus contido na máxima “o sábado foi feito por causa do homem, e não o homem por causa do sábado.” (Marcos, 2:28).

A par da interpretação corrente dada pelo judaísmo ao preceito, enfatizando a abstenção das atividades em louvor da Divindade, é claro que a quarta palavra traz uma ligação inequívoca com a **lei do trabalho**. O comando divino é direto: trabalharás, reservando um período para o descanso. Por via indireta, pode-se concluir que o trabalho é lei para todos: para quem lê o comando, sua família, seus animais, seus servos, até para os estrangeiros - ou seja, para quem não compartilha dessa crença.

2.5 Quinto preceito

Honra a teu pai e a tua mãe, como o senhor teu D-us te ordenou, para que se prolonguem os teus dias, e para que te vá bem na terra que o Senhor teu D-us te dá. (Deuteronômio, 5:16)

Diferente dos demais seres biológicos, o homem não rompe os laços com os seres responsáveis por sua geração; os cuidados e o respeito para com os pais devem perdurar mesmo após o término da relação de dependência mais intensa entre uns e outros. Este é o comando da 5ª palavra do Decálogo.

Importante ressaltar que, mesmo imerso no contexto de uma sociedade patriarcal, na qual a prevalência é do homem, o preceito faz uma referência explícita e direta às mães. Na tradição judaica, às mulheres cabe o papel de educadora da prole. Curioso notar, ainda, que a figura paterna permanece ligada à criação do filho, não sendo o pai um mero reprodutor.

O preceito, assim, destaca a importância da família, núcleo central de desenvolvimento da criatura na Terra. Para os judeus, a família é sagrada, e o valor dessa instituição pode ser aquilatado pelo estudo do processo de formação do povo, que se organiza na estrutura de clãs.

Segundo Ausubel (1989), não há na Bíblia hebraica um termo que designe a ideia de ‘solteiro’, o que indica que o destino do judeu adulto era constituir casamento e, por consequência, uma família.

Para a Doutrina Espírita, a família representa a primeira experiência social da criatura – o lar é um espaço sagrado no qual o Espírito convive com tendências e valores distintos dos seus próprios, em um exercício de preparação para a vivência da fraternidade ampla no porvir. Diz a resposta à questão 774 de *O Livro dos Espíritos*:

Os laços sociais são necessários ao progresso e os de família mais apertados tornam os primeiros. Eis por que os segundos constituem uma lei da Natureza. Quis Deus que, por essa forma, os homens aprendessem a amar-se como irmãos. (KARDEC, 2001)

Pode-se falar, assim, de uma correlação entre a 5ª palavra e a **lei de sociedade**.

2.6 Sexto preceito

Não matarás. (Deuteronômio, 5:17)

A vida, bem maior do ser humano, é concessão da Divindade e, por isso, não deve ser objeto de disposição voluntária. A interdição ao homicídio integra todas as legislações conhecidas da história da civilização humana, a partir do Código de Hamurabi. Vemos, no entanto, uma relativização desse preceito no próprio corpo da *Torá*, vez que é cominada a pena de morte para alguns ilícitos.

Deve-se ressaltar que a legislação moisaica, muito embora fosse adequada ao estágio evolutivo do povo hebreu, era por este considerado como de inspiração divina. O Estado Judeu era organizado como teocracia, ou seja, Deus era o governante, e os sacerdotes aplicavam a lei em seu nome. Os rabinos possuíam, assim, não apenas o direito, mas também o dever de julgar o povo de acordo com a *Torá*.

O Espiristismo, no entanto, afirma o direito de viver com o primeiro do ser humano (Livro dos Espíritos, Questão 880), condenando o assassinio e a pena de morte. A **lei de destruição** age para operar a renovação dos seres e mundos, mas obedece aos ditames dos desígnios divinos, e não humanos.

2.7 Sétimo preceito

Não adulterarás (Deuteronômio, 5:18)

Para a cultura judaica, a família representa uma das instituições mais respeitadas e merecedoras do maior empenho em sua manutenção, como já afirmado acima. A base da organização social judia era o clã, formado por famílias consanguíneas e sob a liderança de um patriarca. Por isso, o adultério era severamente reprovado, pois representa um fator de erosão da estabilidade familiar e social. É famosa a passagem evangélica em que Jesus dialoga com a mulher acusada de adultério e prestes a ser apedrejada.

Combatendo as relações fora do matrimônio, o Decálogo aproxima-se do ensino contido na **lei de reprodução**, a qual incentiva o exercício responsável das funções sexuais por intermédio do casamento e da monogamia. Na dicção da resposta à questão 701 de *O Livro dos Espíritos*: “A poligamia é lei humana cuja abolição marca um progresso social. O casamento, segundo as vistas de Deus, tem que se fundar na afeição dos seres que se unem [...]”.

2.8 Oitavo preceito

Não furtarás. (Deuteronômio, 5:19)

O preceito contido na oitava palavra moisaica condena a cupidez sobre os bens alheios, seja sob qual forma se manifestar. Modernamente, associa-se o furto à subtração de bens alheios sem o uso de violência, e o roubo à subtração mediante o uso de violência ou grave ameaça. O Decálogo condena essa postura em qualquer circunstância.

Consequência direta do materialismo, o ato de desejar os bens que não nos pertencem pode demonstrar também nossa insatisfação com a situação que vivenciamos. Podemos manifestar inveja com o *status* alheio mais favorável que o nosso, desprezando as possibilidades que possuímos. Denota, ainda, o valor indevido atribuído aos bens materiais, esquecidos de que estão em nosso usufruto para atender aos imperativos da reencarnação, e não para se tornarem o alvo maior de nossas preocupações.

Em diversas ocasiões Jesus alertou para os perigos dessa valoração indébita dos bens materiais, que podem ser resumidas na máxima: “Não ajunteis tesouros na terra, onde a traça e a ferrugem tudo consomem, e onde os ladrões minam e roubam” (Mateus, 6:19).

A conexão com o Espiritismo se dá pelo estudo da **lei de conservação**. Vivendo em um mundo material, o homem necessita de usar os bens materiais para sua sobrevivência. No entanto, o homem deve, pela razão, se precaver dos abusos e excessos que os atrativos dos bens materiais lhe proporcionam. Nesse sentido, fazer a distinção correta entre necessário e supérfluo.

2.9 Nono preceito

Não dirás falso testemunho contra o teu próximo. (Deuteronômio, 5:20)

A confiança é uma das bases da vida em comunidade. Numa época em que não existiam contratos escritos, e nem instrumentos oficiais de persuasão e coerção, a crença na palavra alheia assumia para os judeus, e para os povos antigos, capital relevância para a estabilidade nas relações sociais – o que inclui os aspectos familiares, comerciais etc.

Atraíção a própria palavra é mentir, falsear a verdade, e ver, assim, abalada a confiança que o corpo social deposita em cada indivíduo. O que presta falso juramento afirma uma coisa, contudo sua intenção caminha em sentido inverso.

Essa discrepância entre o compromisso e a vontade, interdita pela nona palavra do Decálogo, permite uma reflexão acerca da **lei de liberdade**. Afirma *O Livro dos Espíritos* que somente um indivíduo isolado é livre, por não se relacionar com ninguém⁴². Vivendo em sociedade, naturalmente nosso campo de atuação é limitado pela presença e pelos interesses dos próximos, assim como limitamos o proceder alheio.

A palavra é a mediadora das relações sociais. Daí a necessidade de ela refletir nossas intenções de maneira clara e objetiva, sem falsidade, a fim de que o processo de diálogo com o próximo se estabeleça em bases de entendimento e franqueza.

2.10 Décimo preceito

Não cobiçarás a mulher do teu próximo; não desejarás a casa do teu próximo; nem o seu campo, nem o seu servo, nem a sua serva, nem o seu boi, nem o seu jumento, nem coisa alguma do teu próximo. (Deuteronômio, 5:21)

A décima palavra de Moisés condena a cobiça em todos os níveis, não apenas no aspecto material, como parece ser o escopo do oitavo preceito. Diversamente do Decálogo cristão, incorpora ao texto do preceito a interdição à cobiça à mulher do próximo, que naquele estatuto ganhou o *status* de comando único. Parece-nos mais acertada a opção do decálogo judaico, pois a quarta palavra (não adulterarás) já traz implícita a condenação ao adultério.

A cobiça nasce da situação de desigualdade entre os homens. Ao enxergar indivíduos dotados de melhores possibilidades que a própria, a criatura pode

⁴² Questão 826: Em que condições poderia o homem gozar de absoluta liberdade?

“Nas do eremita no deserto. Desde que juntos estejam dois homens, há entre eles direitos recíprocos que lhes cumpre respeitar; não mais, portanto, qualquer deles goza de liberdade absoluta.”

experimentar a inveja e a cupidez a remoer-lhe intimamente – daí surge o sentimento da cobiça.

Essa desigualdade, longe de se constituir em injustiça divina, vez que a uns é dado mais do que a outros, revela a realidade da lei do mérito, consoante a síntese imortal de Jesus: “[...] então dará a cada um segundo as suas obras.” (Mateus, 16:27)

A situação pessoal de cada qual representa o fruto do esforço em existências passadas; os bens de que dispomos nos são concedidos não para que os usufruamos egoisticamente, mas sim para os colocarmos em prol do progresso individual e coletivo.

O comando do décimo preceito moisaico traz, assim, o conteúdo da **lei de igualdade**: todos somos criados simples e ignorantes, e as oportunidades de progresso são colocados ao dispor de todos indistintamente. O aproveitamento dessas oportunidades, pela vontade do homem, é que cria as situações de desigualdade entre as criaturas.

3 Considerações Finais

De maneira geral, o público espírita considera que a contribuição do Judaísmo ao processo de evolução da humanidade encerrou-se com a ideia de um Deus único e com o advento do Decálogo. Considera-se a primeira revelação como ultrapassada pela proposta de Jesus e pelo advento do Espiritismo.

Além disso, costuma-se ter uma visão distorcida do caráter do povo judeu, a ele atribuindo uma postura orgulhosa e elitista. O fato de não ter aceitado Jesus como o messias contribui bastante para essa percepção equivocada.

Quando se estuda, no entanto, o conceito de revelação, tal como Kardec trata na obra *A Gênese*, vê-se o quão injustas são essas opiniões acerca do Judaísmo e do povo judeu. Segundo Kardec,

Revelar, do latim *revelare*, cuja raiz, *velum*, véu, significa literalmente sair de sob o véu — e, figuradamente, descobrir, dar a conhecer uma coisa secreta ou desconhecida. Em sua acepção vulgar mais genérica, essa palavra se emprega a respeito de qualquer coisa ignota que é divulgada, de qualquer idéia nova que nos põe ao corrente do que não sabíamos.

[...]

A característica essencial de qualquer revelação tem que ser a verdade. Revelar um segredo é tornar conhecido um fato; se é falso, já não é um fato e, por consequência, não existe revelação. Toda revelação desmentida por fatos deixa de o ser, se for atribuída a Deus. Não podendo Deus mentir, nem se enganar, ela não pode emanar dele: deve ser considerada produto de uma concepção humana. (KARDEC, 2000)

As três revelações da história da humanidade revelam, de formas distintas, a mesma realidade: a lei natural, de origem divina e, por essa razão, eterna e inderrogável. A abordagem feita por cada uma não desfigura ou invalida o conteúdo que se deseja trazer à luz e ao conhecimento de todos.

O Decálogo traz, assim, uma contribuição de grande valia para o processo de desenvolvimento moral e espiritual de homens e mulheres encarnados na Terra. Representa os germens da lei natural, a primeira forma inteligível à humanidade do código divino. Foi estabelecido em uma forma possível de ser compreendida e aceita pela humanidade.

Sobre ele afirmou Kardec:

O caráter essencial da revelação divina é o da eterna verdade. Toda revelação eivada de erros ou sujeita a modificação não pode emanar de Deus. É assim que a lei do Decálogo tem todos os caracteres de sua origem, enquanto que as outras leis moisaicas, fundamentalmente transitórias, muitas vezes em contradição com a lei do Sinai, são obra pessoal e política do legislador hebreu. Com o abrandarem-se os costumes do povo, essas leis por si mesmas caíram em desuso, ao passo que o Decálogo ficou sempre de pé, como farol da Humanidade. O Cristo fez dele a base do seu edifício, abolindo as outras leis. (KARDEC, 2010) [Grifos nossos]

Emmanuel afirma, em *A Caminho da Luz*:

Médium extraordinário, [Moisés] realiza grandes feitos ante os seus irmãos e companheiros maravilhados. É quando então recebe, de emissários do Cristo, no Sinai, os dez sagrados mandamentos que, até hoje, representam a base de toda a justiça do mundo. (XAVIER, 1996) [grifos nossos]

Ao mesmo tempo em que permanecem as Dez Palavras de Moisés como atuais, trazem elas os germens dos ensinamentos futuros. A este respeito, a resposta à Questão 628 em *O Livro dos Espíritos*: “Entretanto, para o estudioso, não há nenhum sistema antigo de filosofia, nenhuma tradição, nenhuma religião, que seja desprezível, pois em tudo há germens de grandes verdades [...]”.

Em *O Evangelho Segundo o Espiritismo*, a mensagem ‘Nova Era’, assinada por *Um Espírito Israelita* afirma:

Deus é único e Moisés é o Espírito que Ele enviou em missão para torná-lo conhecido não só dos hebreus, como também dos povos pagãos. O povo hebreu foi o instrumento de que se serviu Deus para se revelar por Moisés e pelos profetas, e as vicissitudes por que passou esse povo destinavam-se a chamar a atenção geral e a fazer cair o véu que ocultava aos homens a divindade.

Os mandamentos de Deus, dados por intermédio de Moisés, contêm o germen da mais ampla moral cristã. (KARDEC, 2010) [Grifos nossos]

Coube a Jesus dar cumprimento à lei moisaica através de sua exemplificação sem precedentes na História, e cabe ao Espiritismo esclarecer a humanidade acerca do conteúdo e da aplicação da lei divina, sempre enfatizando a prevalência da lei do amor sobre as demais.

O Decálogo e as Leis Morais, assim, revelam, cada qual à sua maneira, a mesma verdade divina.

Para finalizar, uma citação da obra enciclopédica *Conhecimento Judaico*, de Ausubel, no verbete ‘Valores Éticos Judaicos’, que esclarece a essência da lei divina para os judeus:

[...] desde que Moisés ensinou as leis morais da vida aos judeus, eles acreditam na perfectibilidade do homem como indivíduo e de toda a sociedade humana. Daí haverem orientado tanto o ensino quanto a prática da moral e da ética para a consecução desse objetivo. A fonte de todos os valores morais, diziam os Rabis, era o amor. Era a força primitiva, o princípio geral da vida. Os preceitos de Moisés e de mestres posteriores de ética religiosa frisavam incansavelmente esse mesmíssimo tema: ‘Ama teu próximo como a ti mesmo’, ‘Não odeies a teu irmão’, ‘Não te vingues’, ‘Não guardes rancor’, ‘Ama ao estranho’. (AUSUBEL, 1989) [Grifos nossos]

Referências bibliográficas

AUSUBEL, Nathan. *Conhecimento Judaico*. 1. ed. Rio de Janeiro: A. KOOGAN, 1989.

KARDEC, Allan. *O evangelho segundo o espiritismo*. Trad. Evandro Noleto Bezerra. 1. ed. Rio de Janeiro: FEB, 2010.

_____. *A Gênese*. Trad. Guillon Ribeiro. 39. ed. Rio de Janeiro: FEB, 2000.

_____. *O Livro dos Espíritos*. Trad. Guillon Ribeiro. 6. ed. de bolso. Rio de Janeiro: FEB, 2001

MELAMED, Meir Matzliah. *Torá, A Lei de Moisés*. 1. ed. São Paulo: SÊFER, 2001.

SORJ, Bernardo. *Conhecendo o Judaísmo*. Recurso eletrônico. Rio de Janeiro: CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA, 2011

XAVIER, Francisco Cândido. *O Consolador*. Pelo Espírito Emmanuel. 20. ed. Rio de Janeiro: FEB, 1999.

_____. *A Caminho da Luz*. Pelo Espírito Emmanuel. 22. ed. Rio de Janeiro: FEB, 1996.

ANEXO –DECÁLOGO JUDAICO E DECÁLOGO CRISTÃO

Decálogo Judaico

1. Eu sou o Senhor teu D-us, que te tirei da terra do Egito, da casa da servidão. Não terás outros deuses diante de mim.
2. Não farás para ti imagem esculpida, nem figura alguma do que há em cima no céu, nem embaixo na terra, nem nas águas debaixo da terra; não te encurvarás diante delas, nem as servirás; porque eu, o Senhor teu D-us, sou D-us zeloso, que visito a iniquidade dos pais nos filhos até a terceira e quarta geração daqueles que me odeiam, e uso de misericórdia com milhares dos que me amam e guardam os meus mandamentos.
3. Não tomarás o nome do Senhor teu D-us em vão; porque o Senhor não terá por inocente aquele que tomar o seu nome em vão.
4. Guarda o dia do sábado, para o santificar, como te ordenou o Senhor teu D-us; seis dias trabalharás, e farás todo o teu trabalho; mas o sétimo dia é o sábado do Senhor teu D-us; nesse dia não farás trabalho algum, nem tu, nem teu filho, nem tua filha, nem o teu servo, nem a tua serva, nem o teu boi, nem o teu jumento, nem animal algum teu, nem o estrangeiro que está dentro das tuas portas; para que o teu servo e a tua serva descanssem assim como tu. Lembra-te de que foste servo na terra do Egito, e que o Senhor teu D-us te tirou dali com mão forte e braço estendido; pelo que o Senhor teu D-us te ordenou que guardasses o dia do sábado.
5. Honra a teu pai e a tua mãe, como o senhor teu D-us te ordenou, para que se prolonguem os teus dias, e para que te vá bem na terra que o Senhor teu D-us te dá.
6. Não matarás.
7. Não adulterarás.
8. Não furtarás.
9. Não dirás falso testemunho contra o teu próximo.
10. Não cobiçarás a mulher do teu próximo; não desejarás a casa do teu próximo; nem o seu campo, nem o seu servo, nem a sua serva, nem o seu boi, nem o seu jumento, nem coisa alguma do teu próximo.

Decálogo Cristão

1. Eu sou o Senhor teu Deus, que te tirei da terra do Egito, da casa da servidão. Não terás outros deuses diante de mim. Não farás para ti imagem esculpida, nem figura alguma do que há em cima no céu, nem embaixo na terra, nem nas águas debaixo da terra; não te encurvarás diante delas, nem as servirás; porque eu, o Senhor teu Deus, sou Deus zeloso, que visito a iniquidade dos pais nos filhos até a terceira e quarta geração daqueles que me odeiam, e uso de misericórdia com milhares dos que me amam e guardam os meus mandamentos.
2. Não tomarás o nome do Senhor teu Deus em vão; porque o Senhor não terá por inocente aquele que tomar o seu nome em vão.

3. Guarda o dia do domingo, para o santificar, como te ordenou o Senhor teu Deus; seis dias trabalharás, e farás todo o teu trabalho; mas o sétimo dia é o domingo do Senhor teu Deus; nesse dia não farás trabalho algum, nem tu, nem teu filho, nem tua filha, nem o teu servo, nem a tua serva, nem o teu boi, nem o teu jumento, nem animal algum teu, nem o estrangeiro que está dentro das tuas portas; para que o teu servo e a tua serva descansem assim como tu. Lembra-te de que foste servo na terra do Egito, e que o Senhor teu Deus te tirou dali com mão forte e braço estendido; pelo que o Senhor teu Deus te ordenou que guardasses o dia do domingo.

4. Honra a teu pai e a tua mãe, como o senhor teu Deus te ordenou, para que se prolonguem os teus dias, e para que te vá bem na terra que o Senhor teu Deus te dá.

5. Não matarás.

5. Não adulterarás.

7. Não furtarás.

8. Não dirás falso testemunho contra o teu próximo.

9. Não cobiçarás a mulher do teu próximo

10. Não desejarás a casa do teu próximo; nem o seu campo, nem o seu servo, nem a sua serva, nem o seu boi, nem o seu jumento, nem coisa alguma do teu próximo.